

13 DEZ 1983

Governo estuda moratória para dívida interna

A declaração da moratória interna é uma alternativa que já está sendo examinada pela esfera econômica do governo, afirmou ontem uma categorizada fonte da área financeira, com acesso direto ao primeiro escalão do Ministério da Fazenda.

O governo estaria estudando várias alternativas, entre as quais se incluem: transformar 80% da dívida interna em bônus resgatáveis em cinco ou dez anos, expurgar ou aplicar um redutor no crescimento nominal da dívida, consolidar a dívida, estendendo o prazo de pagamento e convertendo-a a taxas fixas de juros.

"Tudo é possível", afirma um categorizado assessor do ministro Ernane Galvães, ressaltando que não conhece nenhum estudo, no âmbito do Ministério da Fazenda, sobre a inevitabilidade de uma moratória interna. Mas assinalou que a primeira medida para combater e controlar a dívida pública será baixar um decreto-lei, transferindo do Banco Central para o Ministério da Fazenda, a administração da dívida pública. O BC continuará fazendo as operações de "open market". Esse decreto-lei, porém, ainda será discutido pelo Conselho Monetário Nacional.

Uma solução mais adequada para o problema da dívida interna, segundo fonte da área financeira, seria talvez a dilatação dos prazos de vencimentos, conjugada a outra medida reduzindo a taxas de juros. O assessor do Ministério da Fazenda, por sua vez, confirmou a preocupação do governo com a dimensão da dívida interna: no final de novembro, chegou a Cr\$ 23,7 trilhões e deve atingir, até o final do ano, Cr\$ 27 trilhões — estimativa conservadora, levando-se em conta que o custo da dívida seja dado pela taxa de financiamento do "overnight" de 8% ao mês em média durante 1983.

Esses Cr\$ 27 trilhões representam 20% do PIB este ano, e são mais do que o total da arrecadação tributária da União. Isso significa também que 20% do PIB, este ano, estão sendo transferidos para um restrito segmento da sociedade, representado pelo conjunto das instituições financeiras.